

**Intervenção do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal,
José Mariano Gago, no *UN Internet Governance Forum***

Rio de Janeiro, Brasil, 15 de Novembro de 2007

Sessão de Abertura

Ministro Sérgio Resende
Secretário-Geral adjunto das Nações Unidas
Membros de Governo
Dirigentes de organizações internacionais
Delegados
Senhoras e senhores

Quero em primeiro lugar, enquanto presidente em exercício do Conselho dos Ministros da União Europeia responsáveis pelas políticas de Sociedade da Informação, e representante do governo de Portugal, saudar muito calorosamente, e em português, o Governo e os organizadores brasileiros deste Fórum.

Parabéns e obrigado: pela iniciativa, pela qualidade da organização e também pelo vosso acolhimento excepcional.

Portugal sente-se justamente orgulhoso pelo sucesso e afirmação do Brasil, que tem mostrado de forma exemplar uma tremenda capacidade de progresso na concepção e concretização de políticas para a sociedade da informação em benefício do seu desenvolvimento económico e social.

A iniciativa brasileira de organizar amanhã mesmo um seminário sobre o acesso livre ao conhecimento nos países de língua portuguesa merece todo o nosso apoio, certos que poderá estimular acções semelhantes noutros espaços linguísticos ou regionais.

A União Europeia partilha, desde a primeira hora, os grandes objectivos e a preparação deste IGF e das realizações que o antecederam.

A União Europeia sempre defendeu o carácter aberto, diverso, multivariado do Fórum, equilibrado geograficamente, participado por organizações de diversa natureza, cuja riqueza está precisamente na sua natureza inovadora de local de debate e concertação, de fórum. Não se trata do prefácio a mais outra instância política multilateral, mas disto mesmo: de um fórum aberto e inovador. Esta afigura-se-nos ser a melhor forma de trabalharmos em conjunto e de defendermos a própria inovação social que a Internet provou constituir.

A natureza da Internet e da sua evolução têm aliás vindo a acentuar as relações dinâmicas e multipolares que permitiram a sua adaptabilidade, e a capacidade de servir de instrumento a sociedades em rede. O modelo de governação da Internet constrói-se assim à imagem das redes abertas que estimula e é hoje o exemplo mais impressionante de inovação organizacional e de adaptação mútua entre a técnica e a sociedade à escala de todo o planeta. Não há que recuar adoptando modelos multilaterais, manifestamente retrógrados face à natureza da Internet e do seu desenvolvimento real: devemos, sim, evoluir continuamente a partir da dinâmica flexível que nos conduziu ao progresso verificado. Como cidadãos, como governos, empresas, organizações sociais, como cientistas, sentimo-nos orgulhosos de participar nesta extraordinária aventura humana e científica que é o desenvolvimento e a apropriação social da Internet.

A União Europeia cedo entendeu que não se tratava aqui principalmente de infra-estruturas, mas de redes e movimento social. A concepção de políticas para a sociedade da informação, em cada país, assim como à escala da União, é prova desse entendimento. Também a definição de objectivos comuns a toda a UE é consequência dessa política. O quadro de referência adoptado, a que chamámos i2010, consagra os objectivos actuais: um espaço europeu comum de informação, uma aposta na investigação e desenvolvimento em tecnologias de informação e comunicação, o estímulo a conteúdos e serviços abrangentes.

Linhas de acção como a generalização do acesso em banda larga, a segurança e a neutralidade e interoperabilidade da rede, a Inclusão Digital, a modernização dos Serviços públicos como vector moderno de eGov, a aposta pública no uso generalizado da Internet e das tecnologias de informação para a competitividade económica, assim como em saúde, educação, comércio, disponibilização e produção de conteúdos multiculturais e multilingues, formação de competências, e na própria respiração de sociedades democráticas, e ainda no apoio a políticas de inclusão social e cultural, e no apoio a pessoas com deficiência ou necessidades especiais, e mais recentemente as iniciativas para o desenvolvimento e utilização da Internet das Coisas (RFID) concretizam na UE estes objectivos políticos e são objecto de avaliação mútua (*benchmarking*), de debate e troca de experiências entre países e regiões segundo um método aberto de coordenação de políticas nacionais de grande eficácia.

É esta experiência que a União Europeia quer partilhar com o resto do mundo.

O investimento da UE na criação e operação de redes para Ciência e Educação em ligação com a América Latina, África, a bacia do Mediterrâneo, é exemplo concreto de vontade de cooperação e apoio ao desenvolvimento à escala global. A União Europeia deseja naturalmente que os seus esforços globais a favor do desenvolvimento e do conhecimento encontrem cada vez mais resposta e parceria noutros espaços, organizações ou países.

Não é certamente por acaso que o modelo da World Wide Web foi desenvolvido num dos mais importantes laboratório internacional de investigação, o CERN, como instrumento aberto e de uso livre.

As novas formas de desenvolvimento e organização aberta da Internet, e o papel desempenhado pelas diferentes organizações com intervenção no actual modelo aberto de governação, especialmente do ICANN, mostraram até hoje uma capacidade de resposta sem precedentes.

A Internet veio nas últimas décadas revolucionar e ampliar as nossas expectativas da liberdade e da participação democrática, do acesso à informação e ao conhecimento, da pluralidade das línguas e das culturas, da variedade e riqueza de acção de milhões de actores sociais à escala do planeta. A Internet cumpriu cem, mil vezes as suas promessas iniciais, e abriu-nos sempre desafios novos. Contra o acesso livre à Internet, contra a formação de redes sociais e de informação globais, e contra a liberdade de expressão e de acesso ao conhecimento ergueram-se todos os fanatismos e todos os inimigos da democracia. Em vão!

Já a Declaração de Genebra da Cimeira Mundial da Sociedade de Informação solenemente afirmava o que intransigentemente defendemos, não apenas para nós na Europa, mas em todo o mundo:

“We reaffirm, as an essential foundation of the Information Society, and as outlined in Article 19 of the Universal Declaration of Human Rights, that everyone has the right to freedom of opinion and expression; that this right includes freedom to hold opinions without interference and to seek, receive and impart information and ideas through any media and regardless of frontiers. Communication is a fundamental social process, a basic human need and the foundation of all social organization. It is central to the Information Society. Everyone

everywhere should have the opportunity to participate and no one should be excluded from the benefits the Information Society offers.”

José Mariano Gago

Acting President of the European Union Council of Ministers responsible for Information Society Policies (Minister of Science, Technology and Higher Education of Portugal)